
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

GÊNERO E ETNICIDADE NOS CONTOS DE FRANCISCO DE PAULA BRITO: ENTRE A SUBMISSÃO E O DESTEMOR

Marcos Fabrício Lopes da Silva (UFMG)
marcosflsilva@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo, pretendo fazer uma leitura crítica dos contos “O Enjeitado” (28 e 29/03/1839) e a “A Mãe-Irmã” (10/04/1839), produzidos pelo escritor afro-brasileiro Francisco de Paula Brito, a partir de uma abordagem que visa destacar e avaliar como se fizeram presentes as relações de gênero e de etnia nas narrativas em questão. Nelas, o contista problematiza ficcionalmente ora a submissão da mulher em relação ao homem e do afrodescendente perante o branco, ora o destemor apresentado pelas personagens femininas e negras diante do patriarcado escravocrata presente no cenário oitocentista brasileiro.

PALAVRAS-CHAVES: etnicidade, gênero, conto, Francisco de Paula Brito.

Francisco de Paula Brito (1809-1861) foi um colecionador de grandes feitos editoriais, jornalísticos e literários ao longo de sua carreira empreendedora frente ao mundo das letras e da imprensa no cenário oitocentista brasileiro. Mesmo diante de tantos resultados culturais significativos, que veremos a seguir, é espantoso a quase ausência de estudos a respeito da vida e da obra desse destacado agente cultural afro-brasileiro. Tradicionalmente, há o reconhecimento por parte da tradição crítica em relação ao importante trabalho de bastidores exercido por Paula Brito, na condição de editor de livros, ao publicar as obras de escritores promissores e de autores renomados. Oswaldo de Camargo destaca o tipógrafo e editor carioca como o “iniciador do movimento editorial no Brasil” (1987: 41).

Faz-se, portanto, destacar o papel desempenhado por Paula Brito na promoção da leitura no Brasil. Com a sua loja, no largo do Rocio, ele contribuiu para a expansão comercial do livro e para a formação do público leitor. Coube a Paula Brito o papel de “apadrinhar” o jovem Machado de Assis, apoiando-o e acolhendo-o, ao publicar em sua editora os primeiros trabalhos literários daquele que seria mais tarde um dos

grandes nomes da literatura universal. O poema “Ela” (1855), a tradução *Queda que as mulheres têm para os tolos* (1861) e a peça *Desencantos* (1861) fazem parte dos primeiros escritos machadianos que ganharam às ruas graças ao empenho editorial de Paula Brito. Além desse apoio, ele empregou, como revisor e tipógrafo, o jovem Machado em sua gráfica.

Os dois escritores tornaram-se grandes amigos. O falecimento de Paula Brito levou Machado a escrever a crônica de 24/12/1861, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*. O objetivo daquele texto foi o de reconhecer publicamente os méritos pessoais e culturais do importante agente cultural que o Brasil perdera naquele momento. Machado elogiou Paula Brito “pelas suas virtudes sociais e políticas, por sua inteligência e amor ao trabalho”, o que levou a alcançar com louvor “a estima geral” (1970: 95). Sutilmente, Machado utiliza a “modesta posição” alcançada pelo falecido, que, em vida, foi impressor por vocação e por profissão, para destacar que, independente dos clarins da fama e do prestígio econômico tão caro aos “medalhões”, Paula Brito “tinha em roda de si todas as simpatias” (1970: 95).

O jovem cronista ressalta a bondade de Paula Brito, qualificando-o como homem raro. Como jornalista de inclinação liberal, na época, Machado reconhece o valor de Paula Brito quanto à sua militância política: “Tinha fé nas suas crenças políticas, acreditava sinceramente nos resultados da aplicação delas; tolerante, não fazia injustiça aos seus adversários; sincero, nunca transigiu com eles” (1970: 96).

Para além das qualidades intelectuais e profissionais, Machado de Assis posiciona Paula Brito como sujeito detentor de atributos nobres, salientando a sua habilidade em construir e consolidar amizades e a sua admiração pelos jovens. Motivo: “Amava a mocidade, porque sabia que ela é a esperança da pátria, e, porque a amava, estendia-lhe quanto podia a sua proteção” (Assis 1970: 96). Foi o caso, como sabemos, da proteção de Paula Brito a Machado de Assis e da conseqüente admiração que um nutria pelo outro. É admirável, salienta Machado, a opção de Paula Brito por se sobressair na “massa comum dos homens”. Ao invés de se projetar individualmente, buscando como causas a fortuna e o prestígio, o jornalista investia o que ganhava em ações generosas que promovessem o bem-estar cultural da Nação, a exemplo dos maquinários da tipografia, por onde foram impressas edições importantes para a Literatura Brasileira. Por agir assim, adverte Machado, Paula Brito “morreu pobre como vivera”.

Mesmo diante dos transtornos financeiros experimentados ao longo de sua vida, Paula Brito empenhou-se como editor para colocar a sua tipografia a serviço da formação da literatura brasileira. Nesse quesito, a revista *Guanabara*, lançada em 1850, ocupou um papel importantíssimo, pois nela vieram publicados os escritos de Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Fernandes Pinheiro e Gonçalves Dias. Eles formaram o elenco dos escritores pertencentes à primeira geração romântica da literatura brasileira. Deve-se também ao arrojado editor a façanha de ter publicado em sua tipografia a obra *O filho do pescador*, de 1843, que rendeu ao escritor afro-descendente Teixeira de Sousa o mérito de ter sido o pioneiro no gênero romance no Brasil.

Como homem de imprensa, Paula Brito também se destacou, atuando como jornalista e editor de periódicos alternativos. O historiador Néelson Werneck Sodré ressalta a importância dos jornais *A Mulher do Simplício* e *A Marmota* como exemplos de periódicos que gozavam de uma política editorial independente. O primeiro veículo citado, de conotação política liberal e esquerdista, fazia oposição à figura central do liberalismo de direita, Evaristo da Veiga, colaborando decisivamente para a legitimação do movimento político conhecido como “Sete de Abril”. Ocorrido em 1831, essa data foi considerada pelo historiador José Murilo de Carvalho (2001), como o marco da verdadeira independência nacional: o início do governo do país por si mesmo. Além da participação decisiva de Paula Brito no processo de autonomia política nacional, Sodré destaca que “foi *A Marmota* a sua melhor atividade em jornal” (1966: 223), em virtude do fato de Paula Brito, como editor-responsável, ter promovido nesta publicação o entretenimento do público leitor e a carreira literária de jovens escritores que ali começavam a despontar na cena pública.

Eunice Ribeiro Godim, biógrafa de Paula Brito, vai destacar nele outro mérito jornalístico, que não foi observado por Sodré, em *História da Imprensa no Brasil*. Paula Brito foi o editor responsável pelo periódico *O Homem de Cor* – que depois passou a ser chamado *O Mulato ou o Homem de Cor* – cuja circulação se deu entre 14 de setembro e 4 de novembro de 1833. Para Godim, trata-se do “primeiro jornal brasileiro dedicado à luta contra os preconceitos de raça” (Camargo 1987: 41). Baseado neste grande feito, Oswaldo de Camargo, em *O negro escrito*, considera Paula Brito como o precursor da Imprensa Negra no Brasil.

No *Jornal do Comércio*, com o pseudônimo P.B., Paula Brito, como ficcionista, vai trazer novamente à baila o quadro opressivo experimentado pela comunidade negra enquadrada pela ordem escravista. Outra ausência de alteridade percebida naquele contexto pelo nosso autor toca ao drama vivenciado por outra vítima preferencial do patriarcado senhorial, as mulheres. Tais temas vão se fazer presente de maneira decisiva nos enredos dos contos “O Enjeitado”, de 28 e 29/03/1839, e a “A Mãe-Irmã”, de 10/04/1839. Tais escritos foram considerados por Barbosa Lima Sobrinho (1966) como textos fundadores do gênero conto no país. Acrescentaria que tais narrativas inserem Paula Brito como um dos primeiros escritores brasileiros sensíveis às questões étnicas e de gênero, vistas naquele momento, frente à demanda epistemológica pelo universal, apenas como especificidades e não como singularidades.

Paula Brito atua em duas frentes nos enredos em questão. Na primeira, ele destaca a submissão experimentada pela mulher diante do homem, além de refletir sobre o “emparedamento” do sujeito afro-descendente, protagonizado pela opressão senhorial. Já, na segunda vertente, o contista apresenta o destemor apresentado pelas personagens femininas e negras como resposta às práticas autoritárias do patriarcado escravocrata presente no Brasil oitocentista. Vamos então à análise dos contos “A mãe-irmã” e “O enjeitado”, conforme o ângulo de análise já mencionado.

A MÃE-IRMÃ

Em “A mãe-irmã”, Paula Brito conta a história do casal marcado pela subalternidade étnica e econômica, Alzira e Narciso, que, contrariando a moral e os bons costumes da época, tiveram o filho Guilherme, enquanto solteiros e sem o consentimento do pai da moça. O velho militar tinha outros planos para a filha, pois, ele buscava alguém de prestígio político e econômico, no caso, um militar, para casar-se com ela. Narciso não se enquadrava neste perfil, pois não era militar, ocupava a modesta posição de caixeiro viajante, além de ser empregado obediente aos comandos imperiosos do tio de Alzira. Atendendo a uma ordem dele, sem poder contrariá-lo, Narciso, a título de negócio, teve que embarcar para a Ásia, muito à contragosto, pois isto significaria separar-se de Alzira. Esta se vê diante de dois conflitos: o da gravidez indesejada e o da partida do companheiro. Ela resolve então dividir tais notícias com a mãe. Ambas simulam uma história para abafar o caso e não contrariar o militar, que estava em viagem. Ao chegar em casa e para a sua felicidade, ele recebe o anúncio de que a esposa estava grávida, livrando assim a filha da “desonra”. Alzira, de mãe biológica de Guilherme, passa a ocupar o papel de irmã do menino. A avó ocupa o papel de mãe e o avô, o de pai. Deste modo, o militar realizava o seu velho sonho de ter um herdeiro. Em nome da ordem familiar, pautada pela dissimulação, tudo, até então, estava ajustado.

É digno de nota a maneira muito especial em que o narrador do conto descreve Alzira. Identifico no retrato desta personagem traçado por Paula Brito uma atitude de ‘reviravolta estética’ por parte do escritor dirigida aos padrões de beleza da época. Vejamos:

Alzira tinha dezesseis anos; não era uma dessas fisionomias que tanta bulha fazem nos romances que nos vêm da velha Europa; era cá da América, e era bela quanto podia ser; não tinha essa cor de leite, que tanta gente faz entusiasmar, mas tinha um moreno agradável, próprio dos trópicos; suas faces não eram de carmim, mas de um pálido tocante, que convidava todas as afeições; seus olhos não eram azuis como o céu do meio-dia, mas eram negros como o azeviche; (...) seus cabelos não eram da cor do ouro, não lhe caíam em anéis sobre ombros jaspeados, mas eram finos, mui lisos, em muita quantidade, e mais pretos e luzidos que o preto ébano. (Paula Brito 1966: 185)

A descrição da personagem Alzira encontra-se relacionada ao campo semântico da natureza, como é próprio do Romantismo brasileiro. Porém, seus traços, que se contrapõem aos da estética dominante, são valorizados pelo escritor, através da voz narrativa. Não há no texto a reprodução do estereótipo comum da ordem senhorial, que ao caracterizar o afrodescendente, desenvolve comentários que ressalta uma série de atributos positivos, enquanto a cor é tida como um ‘defeito’. Paula Brito

utiliza a conjunção adversativa (“mas”), de maneira a não inverter a polaridade do preconceito. Reconhece a beleza européia e loira, ao mesmo tempo em que ressalta a grandiosidade das mulheres de cor e de cabelos negros. Outro ponto que merece ser destacado é que o narrador utiliza a natureza como “cenário idílico” tanto para descrever as brancas como as negras, colocando-as em condição de igualdade aos olhos de quem as admira.

O conto traz em seu bojo a perspectiva de gênero. Enquanto o pai e o tio de Alzira são descritos como homem severos e rígidos, como rezavam as cartilhas do ‘bom’ militar e do ‘bom’ negociante, respectivamente; as mulheres, Alzira e a mãe dela, são reconhecidas pela beleza e pela bondade. A denúncia da opressão feminina cometida pelos homens é um dos pilares temáticos do texto. Os desmandos da ordem patriarcal farão com que Alzira e sua mãe tenham que escamotear a verdadeira história que cerca o menino Guilherme, com o objetivo de não desagradar o velho militar. Ao advogar a favor da mãe de Alzira, Paula Brito destaca que, naquele contexto, a dissimulação é um dever quando a sinceridade é um perigo. Diante da hegemonia masculina, ou da “doxa falocêntrica”, conforme aponta Eduardo de Assis Duarte (2002: 17), resta à mulher subalternizada a dissimulação como estratégia de sobrevivência.

Para tanto, em “A mãe-irmã”, o narrador, mesmo ciente da reprovação dos leitores diante da mentira, não se acanha em apoiar a esposa que enganou o marido, utilizando para isso o papel das circunstâncias na construção do veredicto moral de uma história. Como primeiro argumento, o contista recorre à Bíblia Sagrada para justificar o “direito de mentir”, quando a causa é nobre e/ou de sobrevivência. Rebeca engana Isaac para que este abençoe Jacó, ao invés de Esaú. Paula Brito resgata esta história cara à literatura universal para endossar a atitude da mãe de Alzira que mente para o marido a fim de salvar a reputação da filha e oferecer, por um outro caminho, o tão desejado “varão” ao esposo.

Além do aspecto religioso, o direito de propriedade é acionado pelo narrador para balizar a artimanha das mulheres da trama. Com a simulação feita, Guilherme passa a ser considerado filho do casal e Alzira, de mãe, é abordada como irmã dele. Neste caso, ela passa a ser a única herdeira da história, o que garante o sustento seu e do rebento. Não há a ameaça de terceiros que possam, portanto, se apoderar do patrimônio construído pela família. Diante destes motivos, o contista, na tentativa de convencer os seus leitores, pondera: “se estas razões não desculparem a boa mulher, não temos outras melhores para dar” (Paula Brito 1966: 190).

Após adiantar que o relacionamento de Alzira e Narciso não seria bem assimilado pelo pai da moça e, por extensão, pela ordem social, o autor alerta que o sentimento amoroso abala as estruturas consideradas como racionais: “a razão pode muito, mas o coração pode mais que a razão” (Paula Brito 1966: 187). Desta feita, Paula Brito desloca um princípio filosófico de âmbito universal ao arranjo cotidiano, parafraseando o pensador francês Pascal (1623-1662), que dizia que o coração tem razões que a própria razão desconhece.

Até a verdade vir à tona, Guilherme, a exemplo do pai-avô, projeta-se na carreira militar. Com o falecimento dos pais de Alzira, Guilherme assume o comando da família, cabendo-lhe o dever de governar os rendimentos e as ações da própria irmã (lembramos que o jovem, até então, não sabia que Alzira era, na verdade, sua mãe). Narciso retorna ao Brasil e vai ao encontro de Alzira, mantendo-se fiel ao amor nutrido por ela. Solteiros, eles se reencontram e resolvem reatar os laços amorosos e afetivos. Guilherme não vê com bons olhos aquele relacionamento, pois tinha receio de que Narciso aplicasse um “golpe do baú” em Alzira, o que acarretaria em divisão do patrimônio familiar.

Encadeados, esses acontecimentos levaram ao encontro ocorrido entre Narciso e Guilherme. No início, o pai quis poupar o filho da verdadeira versão dos fatos, desejando somente que lhe concedesse a mão de Alzira para casar-se. Nervoso, o jovem militar insistia em recusar, não restando a Narciso outra saída a não ser anunciar que ele era o seu verdadeiro pai e que Alzira, além de ser a sua mãe, se sujeitara a viver solteira para assegurar ao “filho-irmão” a fortuna da família. Este confronto entre pai e filho marca o momento crítico da narrativa, isto é, o “clímax”. Inesperado será o desfecho da história. Após o difícil e revelador diálogo entre Narciso e Guilherme, o contista toma a voz da narrativa para si com o intuito de dividir com o leitor as duas possibilidades que vislumbra para o desfecho da história:

De mim dependia agora fazer acabar tudo isto tragicamente; bastava mover o orgulho e irascibilidade do rapaz, e fazê-lo suicidar-se. Poderia descrever o suicídio à minha vontade, e mostrar depois o corpo do infeliz feito em pedaços, nadando em seu próprio sangue, e as lágrimas e desesperação da mãe e do pai. Mas, para que, se tudo isto não foi assim? Verdade primeiro que tudo. (Paula Brito 1966: 196)

Paula Brito, ao agir assim, rompe com aquele horizonte de expectativas que marca o universo romântico, não reforçando a idéia de que a morte é a única solução possível frente a um conflito que se apresenta como insolúvel. O contista encerra a história de maneira edificante, mostrando que a verdade e o amor triunfam sobre o medo e a hipocrisia social. Inicialmente abatido com a notícia que revelou os seus verdadeiros pais, Guilherme é reconhecido oficialmente como filho de Alzira e Narciso, que se casam. Vale a pena destacar que, fugindo à regra, este conto de Paula Brito finaliza-se com um *happy end*, ao possibilitar a concretização do casamento entre dois personagens que eram marginalizados pelo patriarcado escravista.

O ENJEITADO

Partiremos agora para a análise do segundo conto de Paula Brito, intitulado “O enjeitado”. Neste texto, narra-se a história de Júlio, um jovem rapaz que desconhece as suas origens e que leva a vida atormentado pela necessidade de saber quem foram os seus pais. Júlio encontra na viúva Emília uma confidente. Ela casara-se aos 14 anos

“não porque quisesse, mas porque assim lho havia ordenado os seus pais, e seu gênio demasiadamente dócil era incapaz de uma resistência” (1966: 203). O marido, que, à época, contava 25 anos, é descrito como tendo sido um homem grosseiro, marcado por uma “constante obscenidade e imundícia” (1966: 204). Já, viúva, depois de seis anos dedicados a um casamento marcado pela obediência ao marido, Emília adota um comportamento retraído semelhante àquele que lhe era imposto pelo falecido. Pouco a pouco, a aproximação entre a viúva e Júlio vai ocorrendo, despertando-lhes o amor. Porém, o único obstáculo à concretização deste sentimento era a obsessão do rapaz em saber quem eram os seus pais. Sendo assim, Júlio parte em busca de informações a respeito dos seus pais, a fim de conhecer mais sobre si mesmo. Esta ausência faz com que Emília procure sua mãe para contar-lhe a respeito do amor que nutria pelo jovem. Sem saber, a moça caminha em direção ao esclarecimento que Júlio tanto procurava. A mãe da jovem é a única testemunha viva dos fatos que envolveram no passado os pais de Júlio. Ela revela que a mãe de Júlio era a sua irmã, sendo assim Júlio e Emília eram primos.

O capitão-mor Mendonça havia tido vários filhos, sendo duas delas, Júlia e a mãe de Emília: “todos foram criados por seus pais, segundo os seus princípios, isto é, considerou-os a todos como seus escravos, e sobretudo a suas filhas, cujas vontades em coisa nenhuma foram consultadas” (1966: 208-209). O pai obrigara Júlia a casar-se aos 13 anos com o coronel Sousa – homem de meia-idade e endinheirado. Esta última característica era suficiente para que o pai de Júlia considerasse o pretendente como melhor partido para a filha: “*sem dote! oh! esta razão é superior a todas*” (1966: 209); (grifo do autor). Revela-se aí o papel decisivo do patrimônio para determinar o casamento e a subalternidade feminina frente à ordem patriarcal. As mulheres chegam a ser consideradas escravas, e a vontade delas só fazem sentido se ecoar o desejo do homem, tido ali como senhor.

Deu-se o casamento conforme a vontade do pai. Júlia passou a viver em sua nova casa, suportando a embriaguez e as concubinas do marido. Para ele: “Júlia era apenas mais uma escrava que ia aumentar o seu serralho” (1966: 209). O capitão Sousa, depois de algum tempo, dedicado a resolver negócios particulares na Bahia, retorna ao lar, onde encontra uma criança que lhe foi apresentada como o “enjeitado”, fruto da traição conjugal de Júlia. Ao tomar conhecimento destes fatos, Mendonça, o pai de Júlia, apóia o genro na decisão de encarcerar a jovem esposa em um quarto localizado à parte da casa. Depois de descoberto o amante de Júlia, Sousa e Mendonça o matam na frente da jovem, com requintes de crueldade. Cinco anos depois de presenciarem a brutal cena e ainda vivendo o cativo imposto pelo marido, Júlia morre.

Conforme já foi dito, a dominação do homem sobre a mulher é um dos fundamentos caros à sociedade patriarcal do Brasil oitocentista e que, por vezes, recebe críticas por parte do narrador ao longo do conto. A união de Emília e o marido é um exemplo disto, sendo assim descrita: “Sofriavelmente orgulhoso, sua mulher era para ele mais que os seus escravos; e rigorosamente seria punido aquele que lhe fizesse a mais leve injúria; mas supunha sua mulher muito menos do que ele, e nem lhe era permitido levantar os olhos diante de seus olhos” (1966: 204).

Esta passagem destaca, aos olhos do marido de Emília, a superioridade da mulher em relação ao escravo, apesar de ambos serem percebidos como propriedade sua e como dependentes seus. Mesmo tendo consciência deste caráter opressivo, Emília, em nome de sua 'doçura', obedece prontamente ao esposo. Tal conduta reforça a avaliação do pensador Rousseau que destacava ser a obediência e não a sinceridade a grande virtude feminina (Duarte 2002: 19), além de enquadrar a astúcia, os pequenos cuidados e a doçura insípida como características exclusivamente femininas, cabendo aos homens a inteligência, a sabedoria e o poder de decisão. Este caráter subordinado da identidade feminina já era combatido por Mary Wollstonecraft, primeira feminista inglesa, através do seu *Vindication of the rights of woman*, publicado em 1792. A personagem Júlia, do conto de Paula Brito, já era reprimida pelo marido e pelo pai, a exemplo de Emília, porém não teve o comportamento passivo desta. Conta o narrador que "Júlia não sofreu calada a sua nova posição; desde os primeiros dias uma guerra declarou-se entre o marido e a mulher, que com insultos pagava os insultos que recebia. Anos passaram-se nesta luta" (1966: 209).

A exemplo do conto "A mãe-irmã", onde o contista defende Alzira e sua mãe, quando elas decidem esconder do velho militar a gravidez da filha, dizendo que o rebento na realidade era filho da mãe de Alzira, ele advoga também a favor de Júlia, quando esta resolve trair o coronel Sousa, digno de barbaridades que enervavam seus administradores, feitores e escravos: "Este homem, (...) todos os dias violava a fé conjugal com manifesto escândalo, levantou altos gritos contra a esposa infiel; este homem, (...) aliás perdera todo o direito de queixar-se, pois que o crime de sua mulher era uma conseqüência, ousamos dizer, natural e necessária de seus crimes" (1966: 209).

Em um sistema opressivo como é o patriarcal, o oprimido vê na vingança uma oportunidade de pagar com a mesma moeda a opressão sofrida. Desta forma, o envolvimento extra-conjugal de Júlia deve ser entendido como conseqüência do tratamento cruel que recebera do marido. Também pode ser vislumbrado como um acerto de contas diante das sucessivas traições do esposo. A outra casta, também oprimida, composta pelos escravos, também exerce a vingança, conforme descreve o narrador:

Um quarto foi de propósito na casa de Sousa, e a infeliz delinqüente foi encerrada nele; ali uma vez cada dia lhe era levada uma magra ração por suas escravas, que aliás tinham ordens positivas para lhe dirigirem os mais grosseiros e atrozes insultos, e elas satisfaziam bem a vontade de seu senhor, vingavam-se bem dos dias que foram obrigadas a servi-la. (1966: 210)

Nesta passagem o dever de servir, computado aos cativos, configura-se como forma de exercício de vingança, uma vez que Júlia é vista como extensão da ordem senhorial. Para estes que se encontram no último degrau da hierarquia, vingar-se daquela era uma forma concreta de atingir o estamento senhorial. Vale a pena ressaltar que as condições desfavoráveis em que se encontrava, somada à alimentação que

Ihe era oferecida – “uma magra ração” – apontam o olhar aminalesco com que o marido percebia a esposa.

Ao saber destes fatos descritos por sua mãe, Emília encontra-se em um impasse: revelar ou não o segredo a Júlio. Oito anos depois, os dois se reencontram de maneira inusitada. No leito de morte, Emília clama pela presença de um pároco. A ela é levado o religioso Santa Vitória, a fim de que possa conceder a extrema unção. Ambos frente a frente, reconhecem-se. Depois de saber os fatos que circundavam a sua família, Júlio converteu-se à ordem religiosa. Depois disso, a tristeza e a revolta que o marcavam cedem lugar à melancolia. Emília, após receber as palavras de consolo, ditas por Júlio, falece. Poucos dias depois, os sinos da igreja dobram, anunciando o falecimento de Júlio de Santa Vitória, decorrente do abalo que Ihe havia causado a morte de sua amada prima.

Paula Brito, pela voz narrativa, reflete sobre a anulação do princípio de alteridade. Nos dois contos em questão, como vimos, o ficcionista descreve a submissão da mulher em relação ao homem e do afrodescendente perante o estamento senhorial, mas também mostra como os personagens femininos e negros se rebelaram diante do patriarcado escravocrata reinante no Brasil dos oitocentos.

OBRAS CITADAS

ASSIS, Machado de. 1970. *Diário do Rio de Janeiro*, 24 dez. 1861. “Comentários da semana”. *Obras completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson. 1.95-102.

CAMARGO, Oswaldo de. 1987. *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira*. São Paulo: Imesp.

CARVALHO, José Murilo de et al. 2001. Documentação política, 1808-1840. In: *Brasília da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Nova Fronteira.

DUARTE, Eduardo de Assis. 2002. “Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso”. Constancia Lima Duarte, Eduardo de Assis Duarte & Kátia da Costa Bezerra, orgs. *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. v. I. Belo Horizonte: UFMG.

PAULA BRITO, Francisco de. 1966. “A mãe-irmã”. *Jornal do Comércio*, 10 abr. 1839. Barbosa Lima Sobrinho. *Os precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 185-196.

———. “O enjeitado”. *Jornal do Comércio*, 28 e 29 mar. 1839. Barbosa Lima Sobrinho. *Os precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 197-219.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GENDER AND ETHNICITY IN FRANCISCO DE PAULA BRITO'S SHORT STORIES: BETWEEN THE SUBMISSION AND THE FEARLESSNESS

ABSTRACT: In this paper, I intend to propose a critical reading of the short stories "O Enjeitado" (03/28 and 03/29/1839) and "A Mãe-Irmã" (04/10/1839), which were produced by the afrodescendant writer Francisco de Paula Brito. Discussion will depart from an approach which aims to highlight and evaluate how gender and ethnicity relations are present in the above mentioned narratives. In these works, the writer uses fiction to problematize both women's submission towards men and afrodescendant's towards the white, moving to the fearlessness presented by the female and black characters opposed to the slaveholding patriarchal society of the Brazilian 18th century.

KEYWORDS: ethnicity, gender, short story, Francisco de Paula Brito.

Recebido em 15 de outubro de 2009; aprovado em 30 de dezembro de 2009.